



PODER JUDICIÁRIO

244

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0213077-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DANIELLE SAMPAIO BRITO

PACIENTE: RICARDO ROMERO DE ARAÚJO

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

5710

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. CARÊNCIA DE ELEMENTOS QUE COMPROVEM AS ALEGAÇÕES CONTIDAS NO WRIT. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A PRISÃO DO PACIENTE E AS ALEGAÇÕES DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO. UNANIMIDADE.

1. A utilização da *via angusta* do *Habeas Corpus* demanda a comprovação da ilegalidade, pois, como regra, o writ não admite qualquer dilação probatória. O remédio heróico, portanto, deve vir instruído com todos os documentos capazes de evidenciar a pretensão perquirida, sob pena de não conhecimento. .
2. Diante das informações do Magistrado *a quo*, resta evidente que houve injustificável excesso de prazo na tramitação do processo nº 001.2002.032611-5, entretanto, em sendo certo que o encarceramento do paciente não decorreu de tal processo, a via eleita é inadequada para a solução do assunto.
3. Não conhecimento.

4. Unanimidade.

245



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0213077-0 onde figura como paciente **RICARDO ROMERO DE ARAÚJO**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, pelo não conhecimento do *writ*, nos termos do voto do Desembargador relator.

Recife, 25 de maio de 2010.


Desembargador Presidente


Des. Gustavo Lima
Relator



246

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0213077-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DANIELLE SAMPAIO BRITO

PACIENTE: RICARDO ROMERO DE ARAÚJO

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

RELATÓRIO

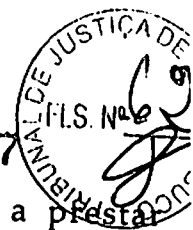
Trata-se de *habeas corpus* liberatório impetrado por Danielle Sampaio Brito em favor do paciente RICARDO ROMERO DE ARAÚJO. Aponta-se como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 9ª Vara da Comarca do Recife.

Segundo a impetrante, em 08 de outubro de 2002, o paciente foi preso em flagrante pela prática de crime de porte de arma de fogo (art. 10 da Lei nº 9.437/97¹) e, até a data do aforamento do presente *writ*, o mesmo sequer foi interrogado nos autos do respectivo processo criminal, sendo flagrante o excesso de prazo para a instrução do feito. Em razão destas alegações, a impetrante requereu a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* para que a liberdade do paciente fosse restabelecida.

¹ Art. 10. Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
Pena - detenção de um a dois anos e multa.

A liminar pleiteada foi indeferida (fls.15/16).

247



A autoridade indigitada coatora, ao ser instada a prestar esclarecimento sobre as alegações do *writ*, informou que os autos do processo criminal ajuizado em desfavor do paciente (nº 001.2002.032611-5), a pedido do Representante do Ministério Público, foram remetidos à autoridade policial em 26/10/2005 e não retornaram até a presente data. Alega ainda que o paciente foi condenado nos autos de outras cinco demandas penais cujas penas, unificadas, totalizam 32 (trinta e dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, estando o mesmo, atualmente, cumprindo em regime fechado as reprimendas que lhe foram impostas.

A douta Procuradoria de Justiça, ao emitir parecer, ressaltou a impossibilidade de o paciente ser posto em liberdade em razão das outras condenações criminais e, opinou pela concessão da ordem para que seja reconhecido o manifesto excesso de prazo para a conclusão do feito criminal decorrente do crime de posse de arma de fogo ocorrido em 2002. O *Parquet* alega ainda que a presente hipótese enseja a decretação da extinção da punibilidade do paciente em razão da ocorrência da prescrição.

É o relatório.

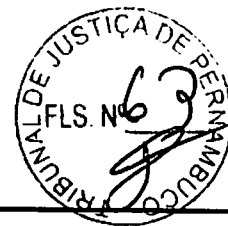
Recife, 25 de maio de 2010.


Des. Gustavo Lima
Relator



248

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0213077-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: DANIELLE SAMPAIO BRITO

PACIENTE: RICARDO ROMERO DE ARAÚJO

RELATOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* liberatório foi impetrado por Danielle Sampaio Brito em favor do paciente **RICARDO ROMERO DE ARAÚJO** em razão de ato supostamente ilegal praticado pela autoridade indigitada coatora, o Exmo. Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca do Recife.

A impetrante alega que o paciente responde ao processo criminal nº 001.2002.032611-5 em razão da suposta prática de crime de porte de arma de fogo (art. 10 da Lei nº 9.437/97). Segundo a impetrante, há ilegal excesso de prazo na tramitação do referido processo criminal, razão pela qual, é mister a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja restabelecida a liberdade do paciente.

Das informações prestadas pelo MM. Juízo da 9ª Vara Criminal da Capital, depreende-se que o processo criminal decorrente do crime de porte de arma aludido na exordial do *writ* foi remetido para a

Autoridade Policial no ano de 2005 e, até a data em que foram prestadas as informações, não retornaram ao Juízo. A autoridade indigitada coatota informa ainda que o ora paciente encontra-se encarcerado em razão da prolação de cinco sentenças criminais cujas penas totalizam 32 (trinta e dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão (fl.24).

249



A alegação de que a liberdade do paciente foi tolhida em função do suposto crime de porte de arma de fogo não encontra comprovação nos autos. Como é cediço, o *habeas corpus* requer a imediata comprovação da ilegalidade, sendo inadmissível a dilação probatória.

"HABEAS CORPUS. PENAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR ESTUPRO (ART. 214 C/C ART. 213 DO CPB). CERCEAMENTO DE DEFESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO COMPROVADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DO WRIT. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A utilização da via angusta do Habeas Corpus demanda a comprovação da ilegalidade, pois, como regra, o writ não admite qualquer dilação probatória. O remédio heróico, portanto, deve vir instruído com todos os documentos capazes de evidenciar a pretensão perquirida, sob pena de não conhecimento.

2. Na hipótese, alega-se cerceamento de defesa; todavia, não foi anexado aos autos qualquer documento comprobatório das assertivas da impetração, sendo certo que, segundo o acórdão impugnado, durante toda a instrução processual o acusado foi assistido por Advogado constituído ou por Defensor Dativo.

3. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

4. Habeas Corpus não conhecido". (HC 92.968/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009)

O cerceamento da liberdade do paciente, conforme documentação acostada pela autoridade indigitada coatora, se deu em razão de condenações pela prática de crimes diversos daquele aludido na exordial do *writ*, ou seja, os autos não demonstram o nexo causal entre os fatos alegados na exordial do *writ* e o cerceamento da liberdade do paciente. Diante das informações do Magistrado *a quo*, resta evidente que há injustificável excesso de prazo na tramitação do processo nº 001.2002.032611-5, ao mesmo tempo é certo que o encarceramento do paciente não decorre de tal processo.

A douta Procuradoria de Justiça, no tocante ao crime de porte de arma de fogo, alega que a hipótese enseja a decretação da

extinção da punibilidade do paciente em razão da ocorrência da prescrição. Ocorre que, também não há elementos nos autos que possibilitem a análise de tal alegação, pois, conforme esclarecimento do Exmo. Magistrado indigitado coator, os autos, a pedido do *Parquet*, foram remetidos para a Autoridade Policial no ano de 2005 e, até a data em que foram prestadas as informações, não retornaram ao Juízo, sendo certo que nestes autos, não há sequer notícias de que tenha havido denúncia aforada em desfavor do ora paciente.



Desta forma, contrariando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, ante a ausência de elementos capazes de comprovar as alegações do impetrante, **voto pelo não conhecimento do writ.**

É o como voto.

Recife, 25 de maio de 2010.


Des. Gustavo Lima
Relator